



Súmula Encontro RNPI-MEC

Local: Auditório do MEC Anexo II – Brasília/DF

Data: 01 e 02 de março 2012

Organizações presentes:

MEC: Rita Coelho

Associação de Creches Comunitárias Rio de Janeiro: Maria Luzinete

Associação Comunitária Monte Azul: Renate Keller Ignacio

ABBRI: Renata Martins

Aliança pela Infância: Giovana Barbosa Souza

AELTC: Lígia Cabral Barbosa

CECIP: Anna Rosa Amancio

Creche UFF: Ana Maria Graça Silva, Simone Pilar, Tatiane Nogueira

Fundação Universidade do Mato Grosso do Sul: Ordália Almeida

Fundação das Escolas Waldorf: Sandra Shorn

Fundação Xuxa Meneghel: Angélica Goulart

Instituto Brasil Leitor: Ivani Nacked, Roseli Monaco, Nayana Brettas

Instituto da Infância-IFAN: Luzia Lafitte

Instituto C&A: Patrícia Lacerda

Instituto Marista de Solidariedade: Soeli Pereira

Luz e Lápis: Isabela Guimarães

MIEIB/CNAE: Malu Flores

NEPSID: Adriana Friedmann

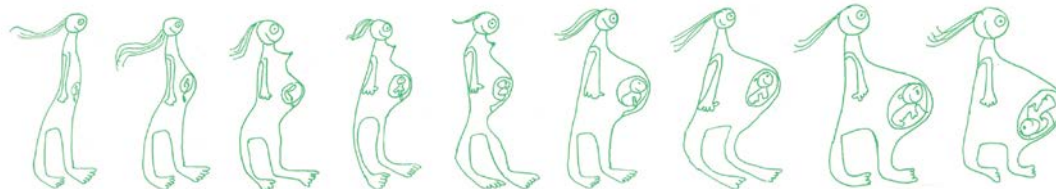
Plan Internacional: Elaine Azevedo

PIM: Liése Serpa

UNDIME/CNAE: Vilmar Kleiman

UNCME/CNAE: Maria Ieda Nogueira

UFRN: Edna Fernandes





Secretaria Executiva RNPI/Avante: Maria Thereza Marcilio, Ana Oliva, Mônica Samia e Vital Didonet

Objetivos:

- 1- Conhecer, analisar e identificar a convergência da Política Nacional de Educação Infantil e todos os programas do Ministério da Educação que a integram ou com ela dialogam, com o que o PNPI preconiza;
- 2- Conhecer e analisar os cenários da primeira infância no país e propor encaminhamentos para a RNPI.
- 3- Participar das audiências solicitadas com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)
- 4- Apresentar a publicação: *Guia para a elaboração dos Planos Municipais para a Primeira Infância*, produção do GTPMPI/RNPI, com apoio do UNICEF e, nessa edição, também da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

2

Dia 01/03/2012

Pauta da Reunião: apresentação da Política Nacional de Educação Infantil.

A reunião foi aberta pelo novo Secretário de Educação Básica do MEC, Sr. César Callegari e pela Coordenadora da Educação Infantil do MEC, Rita Coelho, representante do Ministério da RNPI e por mim Maria Tereza Marcílio. O Secretário apresentou-se e na oportunidade afirmou a importância da Educação Infantil e seu empenho pessoal em trabalhar para o avanço desse segmento. Citou a experiência dele à época da discussão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e explicitou o interesse em ter a Rede como interlocutora. Nessa ocasião comunicou a permanência de Rita à frente da COEDI, pelo trabalho que vem realizando e pelo fato de ser uma referência em Educação Infantil.

Esse início de reunião deixou-nos muito satisfeitos pelo fato de que o Secretário tomara posse havia apenas dois dias e o interesse demonstrado por ele em estar presente no início dos trabalhos são indicativos de abertura e disposição à escuta que esperamos se mantenham ao longo da permanência dele no MEC. Foi motivo de alegria e, por que não dizer, de tranquilidade recebermos a notícia da permanência de Rita Coelho, nossas razões para isso são as mesmas citadas pelo Secretário ao nos comunicar a decisão, além do reconhecimento da parceria leal e sempre presente de Rita na Rede.

Após a abertura, as apresentações começaram. A primeira delas foi a da Rita, abordando as questões conceituais referentes à política de Educação Infantil e a apresentação dos dados mais recentes sobre essa etapa educacional no Brasil. Ao todo foram oito apresentações cujos temas e respectivos apresentadores seguem na programação e já estão disponíveis no site da RNPI. Elas trouxeram informações valiosas e houve oportunidade para esclarecimentos, validações, questionamentos sobre a Educação Infantil no contexto das Políticas Educacionais





do MEC e sugestões para sua maior dinamização nas diversas ações que envolvem o MEC e a RNPI.

Posso afirmar, e creio que @s pessoas que estiveram presentes concordam, que esse encontro proporcionou aprendizagens e alinhamento, além de chegarmos ao Ministério no momento em que ele passa por mudanças estruturais e poderemos, assim, darmos continuidade às interlocuções anteriormente criadas.

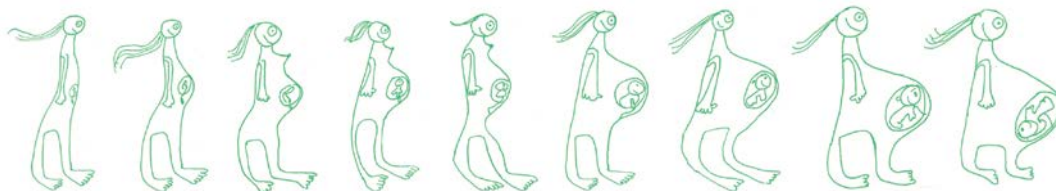
Dia 02/03/2012

No segundo dia, o objetivo foi o de realizar uma Assembléia extraordinária com os participantes para apresentação, análise e encaminhamentos sobre o cenário atual da primeira infância no âmbito governamental.

Resumidamente: após a aprovação do PNPI pelo CONANDA em dezembro de 2010, o plano se tornou a política pública para a primeira infância, já que compete àquele Conselho a definição dessas políticas. A partir daí, a Ministra Maria do Rosário, na condição dupla de titular da área de Direitos no país e presidente do CONANDA, tomou para a SDH a missão de coordenar a articulação dos diferentes setores responsáveis pelas ações previstas no PNPI.

Ao longo do primeiro ano do mandato da Presidenta Dilma, a primeira infância tem sido pautada em diversas ocasiões a exemplo do Programa Rede Cegonha, do aumento de recursos para o PROINFÂNCIA, da alocação de recursos para o custeio do primeiro ano dos Centros de Educação Infantil construídos pelo PROINFÂNCIA, a fim de assegurar o funcionamento daquelas instituições, até que as matrículas integrem o Censo Escolar. Além disso, a Presidente demandou a formulação de um programa voltado para o atendimento às crianças de 0 a 3 anos, em situação de extrema vulnerabilidade, de prevenção à mortalidade materna e de inserção produtiva das mães no mercado de trabalho. Simultaneamente, a SAE pautou a primeira infância como assunto estratégico e vem promovendo seminários, encontros e estudos sobre o tema. Não há como não saudarmos o que parece indicar a saída da invisibilidade da primeira infância.

Nesse início de ano, tivemos a informação que a Presidenta delegou ao MDS, dentro do Programa Brasil sem Miséria, a responsabilidade pela formulação de um programa para crianças de 0 a 3 anos, em três eixos: Segurança Alimentar, Saúde e Desenvolvimento Infantil e que a coordenação das ações referentes ao segmento seria desse Ministério e não mais da SDH. Em que pese termos clareza que a condução do governo com todas as implicações e consequências é de responsabilidade do Executivo, nós como proponentes do PNPI, hoje uma política pública legalmente definida e membros integrantes da RNPI, ficamos preocupados com as implicações dessas mudanças e nos consideramos, pelo caráter interorganizacional e intersetorial da Rede, interlocutores necessários para o tema.





O que nos preocupa em primeiro lugar é que o PNPI firma um compromisso com todas as infâncias brasileiras. O que queremos é que a primeira infância seja vista na perspectiva dos direitos humanos, o que pode ser traduzido por: todos os direitos de todas as infâncias respeitados e que as ações tenham esse horizonte. Nossas opções de luta e de militância serão pautadas por esse norte. Ademais trabalharemos para que ele seja também incorporado na elaboração dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas prioridades governamentais, sobre os programas, projetos e atividades e na elaboração de leis relativas a seus direitos. Trata-se de um plano de longo prazo, portanto para além das metas governamentais e elas tem que apontar essa direção

Por tudo isso, a acolhida pela SDH, à época da aprovação pelo CONANDA, pareceu-nos acertada, tanto pela possibilidade de articular os diferentes setores, dada a sua posição no Ministério, como também pelo caráter transversal da sua missão. Assim, a concepção do PNPI como política universal de defesa e promoção dos direitos de todas as crianças estaria preservada. A existência de um número muito grande de crianças em situações que trazem risco à sua sobrevivência e ao seu desenvolvimento pleno é um fato e o Plano propõe diretrizes para a superação de tais riscos. No entanto, a formulação de programas focalizados, necessários e urgentes, sem dúvida, não pode se sobrepor à política pública de caráter universal sob pena, inclusive, de perpetuar a existência das condições que produzem as situações de risco, uma vez que não se ataca a causa, focando-se apenas consequências que dilapidam a vida das crianças. Antes, esses programas devem ser pensados a partir das ações finalísticas propostas pelo PNPI. Para garantir a defesa dos direitos da primeira infância é fundamental que ela essa perspectiva seja transversal a todas as políticas, programas, ações de todos os Ministérios e setores do governo que tenham responsabilidade com as condições de vida plena, de atenção integral e integrada e de desenvolvimento saudável de todas as infâncias. É necessário também contar com o apoio do Legislativo e do Judiciário na proposição e na vigilância dos direitos.

Daí a preocupação e a necessidade de escutar para conhecer o que está sendo proposto e de como interlocutores, sermos proativos propondo a criação de circunstâncias de diálogo, sempre que necessário. Decorre daí nosso pedido de audiência com representantes dos órgãos já mencionados.

Feita a apresentação do cenário e dados os esclarecimentos necessários, a sessão plenária foi muito participativa, tecendo considerações e propondo os seguintes encaminhamentos:

Em relação ao PNPI e seus desdobramentos como política pública: O PNPI passou pela tramitação dentro do processo legal, sendo aprovado e legitimando-se como um plano oficial de integração de políticas públicas, portanto, é o norteador das políticas de todos os Ministérios. Ele tem que ser o inspirador de todas as ações que dizem respeito às crianças. É necessário assegurar a intersetorialidade, resgatar os princípios de ações articuladas e garantir a sustentação de práticas de qualidades voltadas à primeira infância. As possibilidades de que





as ações anunciadas transformem-se em ações focais é grande. Sair do lugar de garantia de direitos e se transformar em programas ou projetos focais.

Em relação às mudanças que ocorreram no âmbito do Executivo e as atividades e propostas da SAE para a primeira infância: necessidade de conhecer e compreender o que está acontecendo, mantendo uma posição propositiva, inclusive pela relação já construída com alguns dos atores. Reiterar a importância de a SDH ser a instância articuladora das políticas para a primeira infância, apresentar o PNPI tal como o vemos e a RNPI como interlocutora na sua implementação. Se o Plano é política pública é necessário explicitar publicamente como ele está sendo incorporado às ações do governo e se as diretrizes estão sendo respeitadas.

Encaminhamentos:

- 1- Roteiro da Audiência com a SAE:
 - Formalização da apresentação da RNPI
 - Breve histórico do Plano, sua tramitação até se constituir como política pública de promoção e defesa dos direitos da primeira infância.
 - Como as ações da SAE articulam-se com as proposições do Plano. Necessidade de sintonia e articulação mesmo quando há diferenças.
 - Apresentação do Guia para a construção dos Planos Municipais pela Primeira Infância.
- 2- Roteiro da Audiência com a SDH:
 - Entendimento do que aconteceu e quem está coordenando a articulação dos diversos setores, seus programas, alinhando-os com o PNPI.
 - Reiteração da importância de a SDH manter-se nessa função.
- 3- Roteiro da Audiência com o MDS:
 - Formalização da apresentação da RNPI e do PNPI, mencionando a presença do Ministério como organização integrante da Rede.
 - Informação sobre a demanda da Presidenta e entender o lugar da primeira infância nos programas do Ministério, lembrando a necessidade de alinhamento deles ao PNPI.
 - Disponibilidade da Rede como interlocutora.
- 4- Necessidade de maior aproximação junto ao CONANDA e ao Fórum DCA, além de se buscar ampliar a participação da Rede também em âmbito local. É necessário ampliar



a representação da primeira infância para fortalecer o controle social sobre as políticas públicas que lhe dizem respeito. Sabemos que as pressões sobre esses órgãos, consequentes da violência na adolescência e das constantes violações de direitos, são muito grandes, a primeira infância acaba mesmo na condição de não falante. Foi sugerido que Flavio Debique, da Plan International e membro do Grupo Gestor da Rede, colabore para construção dessa conexão.

- 5- Busca de uma audiência com a Secretaria Geral da Presidência da República.
- 6- Organização de um seminário no Congresso Nacional para avaliar a implantação do PNPI.
- 7- Rearticulação e reforço do GT de acompanhamento do PNPI para monitorar todas essas ações e informar à RNPI, buscando alinhar estratégias.
- 8- Ações na mídia: buscar a Rede Andi para apoio a inserção das temáticas pertinentes na imprensa e para divulgação do PNPI e a mobilização para os PMPI. Solicitação a todas as organizações que tem assessorias de imprensa para colaborarem nessa tarefa. Aproveitamento de todas as datas/eventos relacionados à temática para divulgação do PNPI e apresentar os Guias, a exemplo da Semana Mundial de Educação Infantil, da Semana do Brincar, das Semanas do Bebê entre outros.
- 9- Apresentação do Guia para elaboração dos PMPI: o GT/PMPI deve continuar trabalhando, visando organizar o lançamento nacional do Guia, no mês de maio em Brasília, e orientar sobre lançamentos locais; acompanhamento do trabalho das coordenações locais para monitoramento do processo de elaboração dos PMPI.

Após a plenária manifestar-se sobre os encaminhamentos, formou-se uma comissão para a Audiência na SAE: Maria Thereza, Vital, Ana e Monica (Sec. Executiva/RNPI), Malu (MIEIB), Patricia (IC&A), Giovana (Aliança pela Infância), Angélica (Fundação Xuxa Meneghel), Ordália (UFMS), Edna (UFRN), Luzia (IFAN), Nayana (Instituto Brasil Leitor).

Resultado das Audiências:

Na SAE fomos recebidos pelo Secretário Ricardo Paes de Barros e as assessoras Cristiane Fulgêncio e Rosane Mendonça. A audiência transcorreu conforme o roteiro traçado e ouvimos do Secretário que o PNPI é o orientador das reflexões da SAE. Antes mesmo de apresentar qual é a proposta da SAE, ele e explicitou o interesse de que a SAE gostaria de integrar a RNPI e solicitou orientações para fazê-lo.



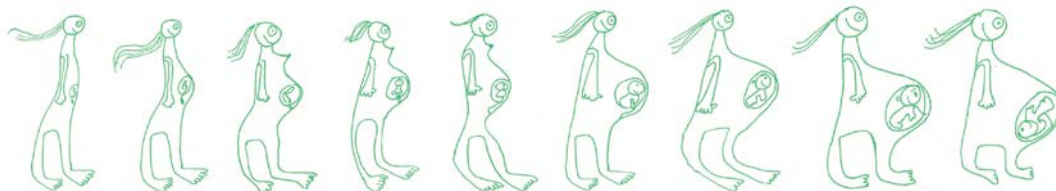


Em seguida, apresentou a proposta do protocolo único para as crianças, proposta que já fora apresentada no seminário da SAE em outubro passado. Mencionou o programa Mãe Coruja Pernambucana como um bom modelo. Confirmou a decisão da Secretaria de considerar a atenção à primeira infância como assunto estratégico para o país, daí as ações que vem promovendo sobre o tema. Deixou claro também que há um foco nas crianças de 0 a 3 anos em situação de extrema vulnerabilidade.

O grupo salientou a importância de tais ações estarem em sintonia com os princípios definidos pelo PNPI, da necessidade de diálogo com todos os setores envolvidos com a criança de 0 até 6 anos e de que a RNPI seja reconhecida como instância articuladora interorganizacional e intersetorial. Sugerimos a realização de um encontro à semelhança do que realizamos com o MEC e a proposta não apenas foi aceita como ele afirmou que o Ministro teria o maior interesse em participar. A assessoria presente ficou de agendar uma data para o referido encontro e entrar em contato conosco.

De volta ao Auditório do MEC, encontramos todo o grupo e recebemos a Secretária Carmen Oliveira da SDH e de Valéria Sperandio Rangel, analista técnica, da mesma SDH. Introduzimos o tema conforme havia sido definido na plenária e ouvimos da Secretária as informações que precisávamos para melhor apreciarmos o cenário e a situação do PNPI. Segundo ela, a Presidenta, mobilizada pela situação do grande número de crianças, que não tem acesso aos serviços e benefícios que a sociedade oferece, e as condições precárias em que as mães se encontram, delegou ao MDS a coordenação de um programa para a Primeira Infância, definindo metas para que a mesma ocupe o lugar em que deveria estar: no Plano Brasil sem Miséria. Ao mesmo tempo indicou a SAE como responsável pela construção de um programa, ficando a SDH com o Plano Brasil Protege as Crianças e Adolescentes, mas sem contemplar a primeira infância n sua íntegra. Na exposição, sublinhou a dificuldade da Secretaria em levar avante à articulação das ações relativas ao PNPI, dada a estrutura enxuta do órgão e do pouco recurso disponível, reconheceu que o MDS tem recurso, a SAE tem equipe e, pela sua natureza de pensar e formular políticas estratégicas, não tem prática de acolher e dialogar com os movimentos sociais ao contrário da prática da SDH. Exercitar o acolhimento e a escuta é um princípio democrático fundamental que implica em processos não tão rápidos para o tempo dos governos, o que pode se constituir em dificuldade para a gestão.

Após a explanação, expressamos a preocupação com os encaminhamentos necessários relativos ao PNPI, ainda mais quando estamos deslançando o processo de construção dos PNPI. Continuando o diálogo, a Secretária sugeriu uma maior aproximação da RNPI ao CONANDA e ao Fórum DCA, recomendando ainda que convidássemos a SAE o estabelecimento de um diálogo. Aproveitamos para informá-la sobre os desdobramentos da audiência anterior, mencionando o pedido de inserção na Rede e a proposta de um seminário com o Ministro. Finalmente, a audiência no MDS com a Secretária Nacional Adjunta de Assistência Social, Valéria Gonelli também seguiu a agenda: apresentação da RNPI e PNPI e informação sobre o que o MDS está propondo. Segundo a Secretária, houve a determinação da Presidenta e eles estão buscando subsídios e organizando-se para apresentar o programa, na perspectiva de atender aquela situação já mencionada, tendo o programa da SAE como referência.





Manifestaram desejo de conhecer mais, tanto a RNPI quanto o PNPI, e também de realizar um seminário conosco.

Cumpridas todas as etapas, agendas e registrados todos os encaminhamentos, ressaltamos alguns pontos para reflexão e algumas questões:

- 1- Necessidade de recuperar o caminho de implementação do Plano para restituir o espaço e o que já havia sido conquistado.
- 2- Reafirmação do PNPI como plano da sociedade brasileira para a primeira infância, com o objetivo de assegurar todos os direitos de todas as crianças.
- 3- Assegurar o lugar da RNPI como interlocutora privilegiada pelo seu caráter intersetorial e interorganizacional.
- 4- Reafirmação do nosso papel, entre os diversos atores do controle social, no monitoramento do Plano.
- 5- Estabelecimento de ações para fazer com que o Plano não seja apenas mais um documento de intenções.
- 6- Manutenção do diálogo com o Poder Executivo e Legislativo em Brasília, este último principalmente com a Frente Parlamentar da Primeira Infância.

8

Salvador, 16 de março de 2012/03/12

Maria Thereza Marcilio

